

# PRODUÇÃO DO ESPAÇO E CULTURA: A RELAÇÃO RURAL-URBANO ENTRE OS MIGRANTES MINEIROS EM RIO CLARO-SP

Adriano Corrêa MAIA

IGCE - Instituto de Geociências e Ciências Exatas

UNESP – Rio Claro

[adrianocmaia@gmail.com](mailto:adrianocmaia@gmail.com)

**Resumo:** O artigo objetiva analisar a construção da relação rural-urbano numa situação resultante do processo de migração. Assim, projetamos caracterizar como esta relação se constitui na produção do espaço urbano, através da influencia que a cultura (rural) exerce sobre este processo. Inicialmente, faremos uma discussão sobre os conceitos de rural, cultura e paisagem; para termos um respaldo teórico com relação a realidade empírica. Após, vamos colocar o caso dos migrantes oriundos do norte de Minas Gerais, que trabalham na construção civil no interior de São Paulo, e que tem na sua produção do espaço citadino uma influencia definidora da sua cultura rural. Desse modo, procuramos uma compreensão do movimento que o processo de migração vai causar, (re)estruturando a cultura do grupo, e refletindo na ação sobre o espaço rural-urbano produzido por esse grupo de migrantes, demonstrando com isso, que a cultura irá se estabelecer como o ponto de conexão entre o rural e o urbano, dando assim, um outro entendimento teórico para a relação rural-urbano.

**Palavras Chaves** - Cultura, migração, relação rural-urbano, produção do espaço.

## Introdução

Consideramos que a relação rural-urbano constitui-se um dos principais elementos explicativo (e estruturador) sobre a produção do espaço citadino, especialmente em um contexto emergente do processo migração. Temos assim, que o entendimento da dialética entre a cultura rural e urbana e a sua relação com a produção do espaço vai ajudar no entendimento de vários fenômenos decorrente da migração, uma vez que os migrantes vão transitar dentro deles na construção da sua vida cotidiana.

Assim, o artigo objetiva discutir como a cultura (rural e urbana) vai influenciar e é influenciada, é determinada e vai determinar as ações do homem no espaço (principalmente citadino), tomando como caso para análise um grupo de migrantes mineiros, que atualmente residem e trabalham na construção civil, na cidade de Rio Claro, interior do estado de São Paulo.

A partir destas preposições, alvejamos desenvolver durante o artigo a hipótese de que a *cultura (no sentido antropológico) é um dos pontos de explicação para a manutenção e produção de relações ligadas ao rural no ambiente citadino, uma vez que esses elementos estão desconectados com uma análise puramente econômica/urbana do fenômeno da migração e da sua reprodução social. Isto é, vamos mostrar como a cultura rural é transportada para o contexto urbano, modelando as ações e representações do migrante na cidade, deste modo constituindo-se num dos elementos construtores da produção do espaço urbano.*

Para isso, no desenvolvimento do texto teremos que discutir vários conceitos e categorias que permeiam a análise, principalmente sobre as abordagens teóricas adotados sobre o rural. Também teremos que delimitar/discutir o conceito de cultura, uma vez que é um conceito extremamente complexo (WILLIAMS, 1983) e pouco definido no pensamento geográfico.

Com isso, buscaremos um entendimento sobre o movimento que o processo de migração vai despertar, (re)estruturando a cultura do grupo, e como isso refletindo na ação sobre o espaço rural-urbano produzido por esse grupo de migrantes. Para, finalmente

podermos discutir os aspectos empíricos, nos quais a cultura vai se constituir no ponto de ligação/manutenção entre o rural e o urbano, reconfigurando assim, um pouco do entendimento teórico da relação rural-urbano.

### **Produção do Espaço, Paisagem, Rural e Cultura: Considerações Teóricas**

É socialmente e culturalmente que nós construímos o espaço, e é desta forma que o devemos tentar ler e compreender sua dinâmica. Assim, o espaço nunca é estático, está constantemente a ser mediado e negociado através de práticas sócio-culturais de seus agentes. A par do conhecimento geográfico, o espaço é produzido, reproduzido e contestado de inúmeras maneiras. Esta forma de entender o conceito de espaço implica que o vejamos não só como um conjunto inerte a ser organizado, mas também como um produto humano em constante construção (PRED, 1984). Estas construções envolvem processos de seleção, estabelecimento de estereótipos, simplificações e invenções, a partir das representações de paisagens existentes (SARMENTO, 2004). Portanto, temos um espaço que é produzido pelo homem, isto é, temos uma *produção do espaço*. Logo, quando buscamos entender a *produção do espaço*, estamos procurando um entendimento na relação-conexão entre as formas espaciais e os processos sócio-culturais.

Consequentemente, para o entendimento dessa produção do espaço em nosso estudo, temos que empregar o conceito de paisagem, uma vez que o espaço somente pode ser entendido através de sua manifestação formal (forma concreta). Desse modo, empregamos o estudo da paisagem, partindo de elementos que a compõem, assim sendo eles o ponto de partida para o entendimento de como o rural esta intrínseco na produção do espaço citadino.

A paisagem, tanto enquanto forma de manifestação do urbano e do rural, tende a revelar as dimensões necessárias para o entendimento da produção espacial, o que implica em ir além da aparência, e nesse contexto, a análise já introduziria os elementos da discussão do urbano e do rural enquanto processos. Assim, a paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, que permite-nos vislumbrar elementos para discussão da evolução da produção espacial, remetendo-nos ao modo pelo qual foi produzida.

Desse modo, a análise da paisagem urbana atenta-se para o fato de que não estamos descrevendo ou montando um quadro, mas sim, elaborando uma construção cujo objetivo é entender o modo pelo qual ela produz, sua substância e conteúdo a partir de relações sociais. Isso nos leva a considerar dois movimentos: de um lado aquele que decompõe a paisagem geográfica a partir da consideração do sítio urbano, e de outro lado a recomposição dos elementos que a compõem. Deste modo, a paisagem não se apresenta como uma simples imagem. (CARLOS, 1986, p. 50).

Sintetizando, o que se coloca é como, através e a partir da paisagem, pode ser percebido o movimento inerente ao processo de produção espacial e seu conteúdo.

Um exemplo desse desenvolvimento teórico proposto, pode ser constatado no estudo de Harvey (1979) sobre o monumento histórico da construção da basílica de Sacré-Coeur em Paris, onde mostra que, por mais místicas e abstratas que possam ser as representações das paisagens de determinados lugares, seus significados devem ser compreendidos num conjunto de relações sociais que podem ser demarcadas. Também no conjunto de sua obra, Harvey (2003, 1985) nos mostra, em correlação com Lefebvre (1991), “que a paisagem é um gênero de espaço produzido, representado e vivido e que a produção da paisagem não pode ser divorciada do modo e do objeto da representação desta” (SARMENTO, 2008). Este desenvolvimento também pode ser visto em Zukin (2006), que no seu comentário sobre a obra de Harvey, coloca que ele nos ensina que a produção do espaço é um processo tão material como social, não apenas em termos sociológicos, mas, também em termos de interesses individuais econômicos, políticos e culturais.

Então, para uma pretensa leitura da paisagem urbana produzida por esse grupo de migrantes, e da influência do rural na sua construção, vamos buscar a cultura, com o objetivo de entendermos a ligação do rural com esta situação de construção concreta, com isso vamos tentar capturar os principais elementos estruturadores da ligação da cultura rural com a produção da paisagem citadina.

Mas primeiro, temos que delimitar/entender os dois conceitos-chaves para a análise: rural e cultura e as suas interligações analíticas. Como já observamos, principalmente nos estudos de Sociologia Rural, uma discussão mais aprofundada sobre estes dois conceitos e suas conexões podem trazer ganhos para a nossa análise,

(...), o impacto do *cultural turn*<sup>1</sup> nos estudos rurais representou a possibilidade de pensar o rural e as ruralidades libertas de sua conexão com um espaço geográfico determinado. O rural pensado como uma construção social possibilitou o desenvolvimento de pesquisas que foram além da simples dicotomia espacial entre rural/urbano e da possibilidade de pensar múltiplos espaços relacionados a múltiplas identidades sociais. Além disso, o *cultural turn* passou a considerar os “outros” dentro dos estudos rurais, seja em termos das marcações de gênero, idade, raça ou classe. Tudo isso possibilitou a formação de novas agendas de pesquisa (PIRES, 2007, p. 46).

Mas esta mudança que é descrita acima sobre um novo entendimento de rural e a introdução de diferentes elementos analíticos é oriundo principalmente da “(...) *idéia de que está em curso uma mudança cultural dos sentidos que eram atribuídos ao rural na modernidade fazendo emergir, em nossa contemporaneidade, uma nova visão de rural e de mundo rural*” (MOREIRA, 2007, pp. 69-70).

Assim, ocorreu um repensar do rural, o que significou discutir seus limites e possibilidades como uma categoria de entendimento. De uma forma bastante geral, pode-se dizer que a principal consequência desse debate foi a des-espacialização da categoria rural e o seu entendimento como uma construção social, múltipla, aberta a diferentes percepções e contestações.

Nesse debate, o rural como uma construção social (MORMONT, 1990), é sugerido mais do que um espaço geográfico determinado, é algo que foi sendo progressivamente construído por determinadas instituições. Argumenta que uma revisão da categoria rural deve separar os dois sentidos básicos que envolvem o seu uso. O primeiro é o entendimento do rural como um espaço físico e o segundo como um local de relações sociais. Na proposta do autor, o espaço deve ser considerado menos por suas propriedades físicas, *stricto sensu*, e mais como uma forma de classificação social. Indivíduos, grupos e instituições continuamente utilizam-se de referenciais espaciais para afirmarem suas identidades sociais. Mas é preciso considerar que a relação entre espaço e identidade social não envolve apenas o pertencimento a um único espaço, mas múltiplas identidades e múltiplos espaços que se combinam e se distanciam de acordo com situações específicas. O rural, nesse entendimento, deixa de ser considerado um atributo substancial de determinados grupos sociais, residentes em certas localidades, por exemplo, e passa a ser examinado como construção social, produzido por diferentes grupos – sejam eles habitantes de locais considerados urbanos ou rurais. Focalizado mais na relação social do que no objeto propriamente dito, tal como o adjetivo rural sugere, o termo ruralidade, ou ruralidades no plural, veio marcar o entendimento do rural como um constructo social e pensá-lo não mais através de suas propriedades físicas, mas como forma

---

<sup>1</sup> Um grupo de pesquisadores ingleses, que em meados dos anos 90, propõe ir além da concepção do rural como lugar de encontro e pensá-lo a partir de uma concepção dissociada do espaço físico, em direção ao entendimento do rural como construção social (ver Cloke et al, 1994:v)

de classificação social. Denota, portanto não somente o espaço físico mas também relações sociais. (PIRES, 2007)

Assim como uma construção social, o rural (cultura rural) está dialeticamente ligado com o urbano.

(...); o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade. (...) [O urbano] não pode deixar de englobar também o aspecto rural ao formular seus problemas, pois a cidade está sempre implantada no campo, tendo para com este relações de variada forma, desempenhando funções diferentes em relação a ele, conforme o caso (QUEIROZ, 1978:51).

Assim, as distinções entre a “cidade” e o “campo” ou entre o “urbano” e o “rural” tornam-se inúteis como categorias analíticas porque cada espaço contém em si contradições, ambigüidades e conflitos que são o resultado da relação entre sistemas de valores e de interesses diferentes.

Consequentemente, alguns pesquisadores<sup>2</sup> sugerem então orientar o olhar na direção dos atores sociais desse processo e não mais para o espaço reificado ou para um conjunto de atividades econômicas.

Nesse contexto, as categorias rural e urbano não designam espaços ou propriedades empiricamente observadas mas representações sociais. Assim chegamos à desnaturalização das referências empíricas que as sustentam, tornando possível reconhecer experiências e relações sociais tidas como rurais, mas que se manifestam em espaços tidos como urbanos. Nesses termos, o rural pode, em alguns contextos, ser expressão da tradição, da autenticidade das relações interpessoais, do simples, do atraso, como também pode, através de uma reelaboração simbólica por parte dos atores sociais, conter ícones da modernidade e ser expressão de uma modernização que se realiza em espaços tipicamente urbanos (CARNEIRO, 2001:6)

Então, temos como lição fundamental deixada por esses estudos, a relevância de se analisar como os atores sociais constroem marcações rurais e urbanas em situações específicas e como estas passam a ser recursos identitários importantes na definição de grupos e demandas sociais. Assim, o conceito de cultura como uma construção social passou a ter certa notoriedade nas análises sobre o rural, isso porque, na sua interligação com o rural ela traz elementos analíticos que dialeticamente vão contribuir (e ajudar na compreensão) na construção da produção do espaço.

Mas, achamos que o entendimento do que seria cultura acaba sendo muito aberto, cultura parece que tornou tudo aquilo que não é o econômico, principalmente nas análises realizadas pela ciência geográfica. Então, na discussão de/sobre cultura, torna-se de extrema importância uma definição nitidamente do sentido que trabalharemos o conceito, para não cometermos o erro de trazer elementos contraditórios, e assim prejudiquem o poder de análise do conceito.

Vamos utilizar, no decorrer do artigo, um conceito de cultura oriundo da Antropologia, uma vez que a hipótese de análise, a de que a produção do espaço urbano dentro do grupo de migrantes mineiros está relacionada com a sua cultura, está mais ligada ao sentido antropológico do conceito. Então, respectivamente, definiremos a cultura como um sistema de símbolos e significados *mas*, sendo este sistema principalmente uma base da definição de homem: “*Cultura é um sistema de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento*” (SCHNEIDER, 1968).

---

<sup>2</sup> Alguns nomes são Carneiro, Waarderleey .....

Assim, a teoria de cultura circunscrita (WAGNER, 1981) é, entre outras coisas, crucialmente uma teoria da simbolização e da significação. Nela os símbolos e significados não se relacionariam com nenhuma realidade que lhes fossem externas em absoluto, mas somente com outros símbolos e significados. Desta forma, nenhuma realidade guarda qualquer tipo de externalidades em relação aos símbolos e significados, pois estes não podem ser desconectados da percepção dela. O ambiente em que os símbolos e significados relacionam-se com outros, em combinação infinita, é denominado *contexto*. Aqui encontramos o primado relacional da teoria: *a relação precede os termos relacionados*. Por conseguinte, o significado só pode ser pensado em relação, já que os símbolos só adquirem algum sentido quando relacionados entre si. Então há dois modos de simbolização, articulados à convencionalização e a invenção, pelos quais a cultura opera. A simbolização convencional estabelece relações entre elementos no interior de um campo discursivo agregando os signos dentro de um determinado padrão, uma vez que operam uma rotulação ou codificação “dos detalhes do mundo” que é ordenado. Esta forma de simbolização convencionaliza associações e desta forma permite aos símbolos serem compartilhados e, assim, servirem de base para a comunicação entre agentes, produzindo a propriedade coletivizadora dos símbolos convencionais. É importante salientar que neste tipo de simbolização está delineado um contraste entre os símbolos eles mesmos e as coisas que eles simbolizam. Há, contudo, outro modo de simbolização denominado, pelo autor, diferenciante ou não-convencional, que constitui a outra face da simbolização convencional. Neste modo, tal como ocorre na formação de uma metáfora, situação esta em que a introdução de um novo referente acompanha simultaneamente uma nova simbolização, os símbolos assimilam ou englobam as coisas que simbolizam. Neste modo de simbolização os símbolos representam apenas eles mesmos e, a partir daí, é possível reconhecer que todo procedimento de metaforização, que caracteriza qualquer empreendimento inventivo, efetua a extensão dos significados. Nesta dinâmica, as simbolizações convencionais e diferenciantes delineiam o contexto de controle de uma e de outra mutuamente e, portanto, denotam uma relação de interdependência entre elas. Desta forma, tal como referido anteriormente, os símbolos para serem comunicados devem ser compartilhados e, com isso, precisam produzir convenções, ou seja, toda sociedade precisa *inventar* convenções porque são elas que dão consistência ao mundo. A convencionalização não impede a invenção, pelo contrário, incita-a. Temos aqui uma idéia de fluxo contínuo de invenções. Afinal, de acordo com o autor: “*The necessity of invention is given by cultural convention, and the necessity of cultural convention is given by invention*” (WAGNER, 1981, p.52). Assim, a idéia de controle que a convenção pode carregar é apenas uma espécie de ilusão necessária, uma vez que as convenções são o suporte para as invenções. Diante do exposto, podemos encarar a invenção cultural como um sucessivo processo de metaforizações, de associações e extensões de elementos simbólicos cujo sentido pode ser mais ou menos literal dependendo do contexto de controle. Nesta dinâmica a cultura não só objetifica a realidade por meio de convenções como também a inventa a partir do simbolizar convencional. Entretanto, ainda que Roy Wagner carregue consigo a preocupação clássica do estruturalismo, entenda-se a análise formal e relacional entre os símbolos, sua teoria do símbolo não é tributária da dependência de uma idéia de estrutura, tal como outras teorizações que derivam da abordagem estruturalista. Os processos de convencionalização e invenção não estão amarrados nem por estruturas inconscientes, nem por estruturas culturais ou sociais. Tal como afirma o autor:

Invention changes things, and convention resolves those changes into a recognizable world. But neither the distinctions of convention nor the operations of invention can be identified with some fixed 'mechanism' within the human mind, or with some kind of superorganic 'structure' imposed upon the human situation. All that we ever

have is a set of orderings and articulations, relatively more or less conventionalized for every actor, which action represents to us in absolute terms as innate and an artificial, conventional and nonconventionalized. We participate in this world through its illusions, and *as* its illusions (WAGNER, 1981, p.53).

Então, nesta acepção todo ser humano inventa cultura, ou melhor, a invenção cultural é uma atividade vital de todos os seres humanos. Então, o conceito de cultura está preocupado com outros modos de relação, como consequência, ele não parte de nossa idéia convencional de um sujeito pronto e constituído. Para que o objeto mude de estatuto é preciso que o mesmo aconteça ao sujeito. Por isso, a objetividade relativa pode ser entendida como objetividade perspectiva. Ela é perspectiva, pois não há sujeito constituído antes da relação com o outro. O perspectivismo não é um simples relativismo. Como mostra Deleuze (1992, p. 40), não se trata de uma variação de verdade de acordo com um sujeito; trata-se, ao contrário, da condição pela qual a verdade de uma variação aparece ao sujeito. Trata-se de afirmar *a verdade da relação* e não a relatividade do verdadeiro (ibid. p. 42).

Assim, partir dessa definição de cultura, vamos buscar aplicá-la na realidade empírica, tentando mostrar a constituição da cultura rural dentro do contexto da migração, para após entendermos sua ação na produção do espaço urbano.

### **Cultura rural, espaço rural e migração**

Na busca para um entendimento da relação rural-urbano e a produção do espaço urbano através da cultura, abordaremos o caso de um grupo de agricultores mineiros que migraram para o interior de São Paulo. A local de origem das pessoas que constituem este grupo é a cidade de Monte Azul, localizada no norte do estado de Minas Gerais, a 627 km de Belo Horizonte. Já o local de destino é a cidade de Rio Claro, interior do estado de São Paulo, a 180 km da capital.

Nois vem lá do sertão Minas, lá agente plantava batata, feijão, mexia com umas boizinhos e tirava leite dumas vaca. Mas a vida lá era dura, a terra seca, chove muito pouco e as vezes o pai mandava procurar outro lugar para morar com a mulher e o filho. Lá a cidade não tem nada, para trabalhar por dia na roça é R\$5,00 por dia, então, a gente conversa com um com outro e decide vim para cá (...). (AGOSTINHO, 38 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro).

Especificamente, estes migrantes originam-se da área rural de Monte Azul, onde trabalhavam na terra (agricultura de subsistência) e criavam “*algumas cabeças de gado*”<sup>3</sup> em terras da família ou arrendadas (“*lá a terra é baratinha, não tem valor não, mas é ruim, é seca*”)<sup>4</sup>.

Já na cidade de Rio Claro, praticamente todos estão ligados ao trabalho da construção civil, organizados em equipes (“*a turma*”) de trabalho, que realizam principalmente obras residências de médio porte<sup>5</sup>.

Aqui em Rio Claro, a maioria dos mineiros que vem de Monte Azul trabalha de pedreiro ou servente. Isso porque lá em Minas, muitos já sabiam trabalhar na construção de casa. Lá para fazer uma casa todo mundo se reúne e faz a casa. Então quando chega aqui o cabra já sabe alguma coisa do serviço de pedreiro (DOMINGOS, 44 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro).

---

<sup>3</sup> Fala nativa.

<sup>4</sup> Fala nativa.

<sup>5</sup> Como residências de médio porte consideramos construções civis residenciais que variam de 100 m<sup>2</sup> a 300 m<sup>2</sup> de área construída.

O evento migratório envolvendo este grupo estudado, tem seu início a partir do final da década de 70, sempre apresentando um fluxo contínuo até os dias atuais. Devido à experiência migratória, este grupo já se constituiu em uma rede de migração muito bem constituída e definida, com uma grande coesão nas suas relações sociais internas e externas.

Aqui os mineiros são unidos, tirando alguns, um ajuda o outro, se sabe, entre agente tem muito compadre já lá de Minas, os pais da gente já eram compadres, então agente ajuda quem tá precisando, porque se agente precisar ele vai ajudar também (AGOSTINHO, 38 anos, empregado-pedreiro e migrante mineiro)

Então, a partir da realidade empírica proporcionada por esse caso migração, uma vez que os elementos desse grupo “moram” na cidade e fazem questão de manterem um vínculo com sua terra natal, vamos discutir como é constituída a relação que a cultura rural impõe ao espaço urbano dentro/para este grupo de migrantes, sendo que a cultura rural é um dos elementos fundantes para a construção de um determinado tipo de produção do espaço, contrariando em muitos casos a lógica corrente (capitalista e urbana).

Para isso, vamos examinar como é constituída/construída a cultura (cultura = *símbolos e significados*) rural desses migrantes, sendo que ela é uma das estruturadoras dos processos de migração (DURHAN, 1973, p. 60) e da construção da relação rural-urbano que posteriormente determinará algumas das “regras” da produção do espaço citadino por esses migrantes.

Portanto, dentro da concepção teórica adotada, a cultura rural a ser analisada entre os migrantes, tem origem na sua terra de nascimento, a qual foram impostos aos indivíduos vários *símbolos e significados* da cultura local. Como se trata de um grupo homogêneo, temos entre eles uma grande uniformidade cultural, que se deve, sobretudo, a semelhança fundamental em vários elementos sociais que produziram uma cultura (*símbolos e significados*) própria do grupo.

Observamos como padrão, dentro do grupo, alguns arranjos sociais que vão construir a cultura desses migrantes: a constituição da unidade produtiva e do modo de produção baseado na *família conjugal*; o modo de organização dos grupos de vizinhança (parentesco e compadrio); os padrões e técnicas de trabalho; e a possibilidade de acesso ao meio de produção essencial que é a terra.

Em uma análise etnográfica, observamos/descrevemos uma estrutura bem delineada dos “agrupamentos” rurais, como a organização sobre uma base de unidades relativamente autônomas – o grupo doméstico, formado por uma família, que tem como fundamento a organização familiar da atividade produtiva. Internamente, a família estrutura-se de um modo muito simples, com base numa hierarquia pré-definida, a subordinação das mulheres aos homens e dos mais jovens aos mais velhos, assim a característica fundamental desse grupo conjugal observado é, portanto, a dominação paterna. Também existe uma divisão de trabalho relativamente rígida, que atribui ao grupo masculino (pai e filhos) a execução das tarefas extra domésticas, e tende a confinar os trabalhos femininos no âmbito da casa. Esta forma de organização imprime na cultura desses migrantes símbolos e significados relativos à hierarquização na estrutura social, como o respeito e o poder dos mais velhos. Isto é transportado para a organização social do meio urbano, refletindo principalmente nas relações fora do ambiente de trabalho, nas territorialidades e as paisagens produzidas por estes migrantes.

Lá em Minas não tem esse negócio de mulher dar parpito, quem manda é o homem, e filho é mesma coisa até ele formar família. Aqui, já é um pouco diferente, a mulher trabalha e quer parpitá também, às vezes dá briga, mas quem continua mandando lá em casa ainda é eu, apesar da minha mulher ganhar mais... (CLAUDINHO, 53 anos, servente pedreiro e migrante mineiro).

Em relação aos grupos de vizinhança temos vários elementos (*símbolos e significados*) que denotam certa fluidez das relações sociais, mas não exclui a existência de grupos de vizinhança relativamente consolidados. Mesmo sendo mais ou menos integrados, os grupos de vizinhança constituem, na sua terra de origem o agrupamento básico, a unidade por excelência da sociabilidade rural (ver ex. CANDIDO, 2001). Os componentes desses grupos, entretanto, as famílias conjugais, são unidades relativamente autônomas, e as relações grupais se apresentam, portanto como relações interfamiliar.

O parentesco e o compadrio, relacionando as unidades domésticas entre si, constituem os princípios fundamentais de organização dos grupos de vizinhança. As relações de parentesco mais importantes, que criam relações relativamente estáveis, são aquelas que derivam diretamente da família elementar, isto é, as relações entre pais e filhos e entre irmãos. Vemos em muitos exemplos, no contexto urbano, os laços de parentesco constituírem no elemento definidor da manutenção do processo de migração. Assim, observamos uma ajuda física e moral, oriunda das relações de parentesco, estas que, em muitos casos, sustentam os elementos que passam por momentâneas dificuldades financeiras ou de ordem pessoal. Em relação à produção do espaço urbano, temos a emergência dessas relações nas territorialidades expressas por este grupo e na construção de sua residências ou seus reparos da mesma, uma vez que os laços de parentesco garante um bom contingente de trabalhadores, que ajudam como podem. Na realidade, o parentesco não define grupos sociais necessários no contexto urbano, mas estabelece um círculo de relações pessoais preferenciais, que é mobilizado conforme as necessidades e interesses dos indivíduos.

Já o compadrio, constitui-se também numa instituição fundamental. Estabelecido em base voluntária, o compadrio de um lado assinala relações preferenciais entre parentes, de outro estende os limites da solidariedade interfamiliar, criando laços de “parentesco ritual”, que também são transportadas para o ambiente urbano. Concebidas sobre o modelo das relações vigentes na família nuclear, as relações estabelecidas pelo compadrio reproduzem os laços de solidariedade mais fortes que a cultura desses migrantes é capaz de formular. É importante notar que, como o parentesco, o compadrio cria relações permanentes, mas que podem ser antes virtuais que reais. As constantes viagens de migração e as mudanças para procura de emprego separam parentes e compadres à vezes durante anos, às vezes permanentemente. Mas o vínculo permanece, poderíamos mesmo dizer que em estado latente, e pode se reativo a qualquer momento. O parentesco limita-se a criar uma área de relações preferenciais. O compadrio estabelece apenas vínculos recíprocos entre as pessoas duas a duas. Observamos nas relações sócio-espaciais desses migrantes a importância das relações de compadrio, uma vez que ela é determinante da territorialidade e da produção espacial na vida cotidiana desses migrantes.

Conheço o Domingos desde pequeno, o pai dele era compade do meu pai, nós fazia tempo que não se via, depois que ele casou passou um tempo colhendo café no sul de minas, ai nós se encontramos aqui em Rio Claro numa obra que nos fizemos o reboco para o Tonho. Ai foi que ficamos sócio, que começamos pegar umas casas por empreita. (AGOSTINHO, 38 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro).

Um exemplo claro disso pode ser observado na forma de organização do trabalho na cidade (“em turmas”), nas expressões conjuntas de identidade do norte de minas no espaço geográfico e na construção de suas residência, com a cooperação entre seus compadres<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Aqui observamos e evento tradicional de consolidação dessa tradição através do famoso churrasco da batida da laje, onde o proprietário da obra oferece um churrasco para os compadres que ajudam na concretagem da laje.

Também observamos vários elementos culturais (*símbolos e significados*) que mostram o significado da tendência natural à segmentação desse grupo doméstico em Monte Azul. Isso se dá, principalmente, quando os filhos atingem a maturidade (e a atingem precocemente), assim como o fenômeno corresponde a fragmentação da propriedade, são abundantemente documentados nas nossas entrevistas. Como o casamento geralmente ocorre muito cedo, esta fase coincide geralmente com a formação de uma nova unidade doméstica que, de preferência, passa a constituir uma residência separada. Assim manifesta-se, no processo de constituição das famílias conjugais, o individualismo que permeia a vida social, valorizando a independência do homem adulto. Isso pode ser observado em nossos migrantes, na produção do espaço urbano e na sua vida cotidiana, uma vez que esse tipo de individualismo é transportado para as relações de trabalho, onde cada elemento tem a liberdade (“e lhe é dada esta liberdade”) para as decisões profissionais e de direção da sua vida particular, havendo nessas duas instancias pouca interferência (não falta de colaboração) de outros elementos no grupo formado.

Lá, casei cedo, não tinha casa, terra, não tinha um gato para puxar pó rabo, então fui morar numa casinha no sítio do meu sogro, mas não deu certo não, ele queria dizer o que eu devia fazer, intrometia sabe, então eu conheci o Agostinho que já morava em Rio Claro e ele me disse que arrumava serviço pra mim, não quis nem saber, peguei a mulher que já tava grávida e vim... (DANIEL, 28 anos, pedreiro-encanador-eletricista e migrante mineiro).

Portanto, a simplicidade da estrutura e a forma fluida da organização parecem constituir as características fundamentais das comunidades e da cultura rural desses migrantes.

A simplicidade da organização social, baseada num conjunto de relações diádicas, e que se apóia na indiferenciação econômica, manifesta-se no individualismo e igualitarismo que permeiam os padrões culturais. [...] A indiferenciação social e a simplicidade da cultura estabelecem um tipo de cooperação entre iguais, que realizam conjuntamente tarefas semelhantes. [...] A extensão da solidariedade para além da família se manifesta apenas através de uma reciprocidade direta e imediata. (DURHAN, 1973, p. 76).

Desse modo, esta cultura rural é facilmente “adaptada” ao contexto urbano, o que facilita a permanência provisória do migrante. Assim, a cultura rural, com seus símbolos e significados, são transportados para o ambiente citadino, construindo uma específica relação rural-urbano, que influencia dialeticamente de maneira fundamental a construção da produção do espaço urbano.

### **A migração, a produção do espaço citadino e a cultura rural**

Então, a partir da situação posta, pretendemos discutir como é construído a relação rural-urbano e sua relação com o espaço citadino dentro do grupo de migrantes estudado, uma vez que a sua conexão através da cultura rural determina um tipo específico de produção do urbano.

Primeiramente, temos que retroceder e analisar o fenômeno da migração. Um vez que a mesma vai se oferecer ao grupo estudado, como um recurso tradicional para o alívio de tensões econômico-sociais no local de origem. Então, nota-se que a imigração não decorre, em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria, desencadeada por calamidades naturais ou sociais. Ao contrário, a emigração aparece como resposta a condições normais de existência. O indivíduo abandona o rural quando percebe que “*não pode melhorar de vida*”<sup>7</sup>,

---

<sup>7</sup> Fala nativa.

isto é, que sua miséria é uma condição permanente (DURHAN, 1973). Quando o migrante diz que a vida da roça é difícil não se refere a uma dificuldade passageira, mas a uma condição inerente à vida no campo. Quando se tenta precisar em que consistem as “dificuldades” da vida rural, aparecem quatro tipos de respostas, freqüentemente conjugados: a miséria e falta de conforto; o trabalho “duro”; a incerteza da produção; a impossibilidade de melhoria.

Apesar das transformações que estão ocorrendo na sociedade em que estes migrantes vivem, as quais levam o homem a definir sua posição social pela renda monetária, a hierarquia social entre esse grupo continua a corresponder a posição de proprietário da terra. A posse da terra se coloca como única forma de aumentar a renda e ascender socialmente. Desse modo, as aspirações do “homem rural” definem-se em termos da propriedade e a crise dessa sociedade rural se apresenta para ele como impossibilidade de se tornar proprietário.

Neste caso, dado o nível extremamente baixo dos salários e a falta de garantia de trabalho constante, a única possibilidade de superar sua condição de miséria consiste em conseguir um emprego urbano. Esses benefícios, o trabalhador rural os percebe como vantagens da cidade: possibilidade de salários elevados, possibilidade de assistência médica, possibilidade de instrução para os filhos. No campo, ao contrário, não há instituições das quais possa beneficiar-se, nem conta ele com recursos culturais que lhe permitam criá-las.

Assim, temos o evento da migração, com a adaptação do trabalhador rural às novas condições, com uma adaptação gradual das estruturas tradicionais e a incorporação dos indivíduos em sistemas mais complexos de produção e vida social. Outro elemento fundamental desta ação social que proporciona o projeto de migração é a noção de retorno (SAYAD, 1998, 2000), que corresponde à intenção de voltar para a sua terra, com os mesmos modos de vida anteriores à migração.

Assim, observamos que estes migrantes, na sua produção do espaço, têm dois elementos peculiares: a primeira é que as suas residências no espaço é sempre “provisória”, nunca observamos em suas moradias construções “acabadas”, alias constatamos a falta de elementos de “acabamento” para sua complementação. E a segunda, é que muitos elementos deste grupo tem a posse (herança ou compra) e mantém “terras” (propriedades na zona rural) em sua cidade natal, Monte Azul, mesmo que sem nenhuma compensação financeira, aliás, com varias despensas extras que chegam até a comprometer o orçamento familiar.

Então, nós vem pra cá tentar ganhar um pouco dinheiro, porque lá a vida é difícil, não tem trabalho na roça. Aqui é mais fácil as coisas, tem mais serviço, ganha bem mais. E também sabe, aqui nós tem direito, lá não tem esse negócio de direito. Então aqui a gente pode pagar a aposentadoria, para quando nós não aguentar mais, *ai a gente volta para terrinha que nós tem lá*. Sabe o dinheiro da aposentadoria lá da pra viver bem, lá o dinheiro tem valor, coisa de comer é baratinho (TONHO, 38 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro).

Estas duas observações indicam indiretamente a cultura rural presente na vida dos migrantes mineiros em vários elementos do seu cotidiano urbano, sendo que esta cultura vai operar na produção do espaço citadino. Decorrente disso, no entrecruzamento das situações, constatamos a presença da cultura, *com seus símbolos e significados*, constituindo-se no elemento de ligação-continuidade entre o rural e o urbano, isto é, a cultura rural é transportada para o contexto urbano, modelando as ações e representações do migrante no ambiente citadino<sup>8</sup>.

É verdade, não meloro minha casa não, todo o dinheiro que sobra eu guardo ou invisto em caminhão ou compro a terra dos meus irmãos em Minas, para que

---

<sup>8</sup> Não estamos dizendo que a cultura é um objeto rígido, uma vez que também observamos suas transformações com o contexto urbano.

reformatar ou comprar uma casa chique, dinheiro pá isso até que tenho, mas mais para frente quando eu aposentar quero voltar para Minas e morrer tranquilo (TONHO, 38 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro).

Assim, a cultura rural está presente na estruturação da vida dos migrantes mineiros em vários elementos do cotidiano urbano, sendo o principal deles referente à organização do trabalho<sup>9</sup>.

No arranjo social-cultural desse grupo de migrantes, em relação a organização do trabalho, o empreiteiro<sup>10</sup> está inserido num contexto que envolve a continuidade da cultura rural-urbana, uma vez que vários elementos da cultura rural estão presentes na organização da equipe de trabalho e na vida cotidiana dos migrantes que trabalham na “turma”.

Na equipe, observamos uma hierarquia de serviços e de rendimentos, que corresponde a um elemento da cultura urbana, mas no convívio, tanto no trabalho como após ele, temos que esta hierarquia não é respeitada. Na realidade, na organização destes elementos ainda temos presentes as formas de arranjo da cultura rural, não importando os rendimentos monetários dessas pessoas, ou a posição na escala de chefia do trabalho, mas sim, a posição hierárquica originária no mundo rural. Com isso observamos muitos casos contraditórios, no qual varias pessoas mais velhas trabalhando para empreiteiros mais novos, mais isso não significando uma alteração na posição hierárquica perante o grupo de migrantes, assim sendo as relações de respeito sendo mantida através cultura. Esta hierarquia proveniente da cultura rural, também pode ser observada no cotidiano desses migrantes, onde não observamos uma diferença de aspectos de vestimenta entre o empreiteiro e seus funcionários, sendo que a única diferença marcatória, é em muitos casos a posse de carros, enquanto os outros geralmente andam de bicicletas.

Isto também reflete na produção do espaço urbano, uma vez que basicamente a paisagem urbana onde “vivem”, é a mesma, onde não conseguimos identificar praticamente nenhuma diferença entre suas moradias. Outra característica, que geralmente frequenta os mesmos lugares, isto é, produzem as mesmas territorialidades no espaço citadino.

Em relação às propriedades rurais, que a maioria possui em Monte Azul, a cultura rural está presente em sua manutenção, uma vez que torna vital para todos esses indivíduos a preservação dessas terras, que significam, para eles, a ligação com suas origens, e a “manutenção” do pertencimento da cultura rural. Este tipo de ação torna-se contraditório na vida do migrante, sendo que, estas somente trazem problemas para a sua manutenção, como por exemplo, o custo com impostos, limpeza e manutenção. Mas ela é um elemento vital para a sua *noção de pessoa*, porque a paisagem de origem torna-se a terra prometida para esses migrantes, que rascunham o espaço presente para um futuro retorno à Minas. Com isso, a preservação da cultura rural no ambiente citadino é essencial para a manutenção dessa relação rural-urbano.

---

<sup>9</sup> A maioria deles trabalham na construção civil em “turmas” (expecificamente, nosso estudo concentra-se em uma turma, a “turma do Agostinho”). Uma “turma” consiste numa equipe de trabalho que na construção civil, geralmente construindo residências de médio porte<sup>9</sup>, da sua fundação até os acabamentos finais. A organização dessa “turma” tem uma configuração hierárquica definida, com o “empreiteiro” sendo o “dono e responsável pela organização da equipe, isto é, faz a contratação da mão de obra que vai trabalhar na construção das obras”<sup>9</sup>. É ele também que tem contato e firma a contratação dos serviços com as pessoas que desejam realizar as obras. Então, o empreiteiro é o elemento central neste contexto da migração, porque é ele quem define quem e qual a função do migrante nos serviços: pedreiro, meio-pedreiro, carpinteiro, eletricista/encanador, servente e ajudante de servente. Além de ser, o elemento que tem maior conhecimento técnico, uma vez que é ele que vai comandar toda a obra, assim tendo que saber interpretar plantas arquitetônicas e de engenharia, entender os esquemas construtivos, isto é, entender a linguagem técnica da construção civil.

<sup>10</sup> Pessoa que monta e comando o grupo de trabalho.

Então, constatamos com estes dois exemplos como a cultura rural está presente na cidade, influenciando e determinando vários aspectos da vida cotidiana. Com isso, podemos observar como o ambiente urbano se apropria da cultura rural para uma maior exploração do seu trabalhador. Notamos este fato na constatação de que vários direitos trabalhistas não são acessíveis a estes migrantes, e em contra partida não há uma “reclamação” da parte deles, devido às relações de trabalho as quais são submetidas, ainda serão caracterizadas pela ordem cultural do interior de Minas, onde as relações pessoais pesam muito mais que o direito civil. Na realidade, as relações de exploração desses trabalhadores são altas para o padrão urbano, ganham baixos salários, não tem direitos trabalhistas e nem segurança no trabalho, mas trazem da cultura rural “normas” que tornam estes elementos de exploração “compreensíveis” dentro da sua cultura. Assim, esta exploração pode ser observada na produção do espaço urbano, como nos exemplos colocado anteriormente.

Concluindo e reafirmando, não estamos afirmando que no espaço urbano a cultura rural permanece estática e determina sua produção, mas que nitidamente ela sofre influências da cultura urbana, em muitos casos podendo haver uma (re) modelação do comportamento dos indivíduos, mas ela é uma dos elementos principais na sua construção.

### **Considerações finais**

Então, no desenvolvimento desse artigo podemos perceber que para além da dimensão física e visível, a dimensão cultural e simbólica está presente na manutenção do rural dentro do urbano, do campo dentro da cidade. Onde a cultura, como um conceito antropológico, ordena as ações dos migrantes no seu cotidiano, impondo signos e símbolos provenientes do local de origem, que são transportados para o novo contexto.

Para este desenvolvimento, achamos importante discutir os conceitos e categorias que envolvem o debate da relação rural-urbano, para termos uma definição pontual, para a aplicação na realidade empírica desses migrantes mineiros. Assim, principalmente a partir da definição de rural e cultura; colocamos como a continuidade da cultura rural se constitui num contexto de migração. Onde observamos que os signos e símbolos rurais presente na noção de pessoa desses migrantes, norteiam as suas relações sociais, refletindo nas relações de trabalho e na produção do espaço urbano.

Queremos deixar claro, não estamos enfatizando que o “caldo de cultura” proporciona o aparecimento de atividades típicas do meio rural no ambiente urbano, estamos na verdade, colocando como a cultura rural esta intrínseca e se expressa no meio urbano, uma vez que ela, em muitos casos, está em contradição com a cultura urbana capitalista.

Com este artigo, portanto, pretendemos mostrar a existência de uma relação de totalidade entre rural-urbano, que com advento da migração do campo para a cidade, promove uma hibridação de culturas, mas nunca colocando que a cultura rural não se perde totalmente nesta passagem.

### **Referencia bibliográficas**

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades e Editora 34, 2001.

CARLOS, A. F. **A (re)produção do espaço urbano**: o caso de cotia. São Paulo, Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FFLCH-USP, 1986, 438p.

CARNEIRO, M. J. Do rural ao urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. **Texto apresentado no II Seminário Sobre o Novo Rural Brasileiro**. Campinas, mimeo, 2001.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo, editora 34, 1992.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

HARVEY, D. Monument and myth. **Annals of the Association of American Geographers**, 1979, v. 69 (3), pp. 362-81.

HARVEY, D. **Consciousness and the urban experience**. Oxford: Blackwell, 1885.

HARVEY, D. **Paris, capital of modernism**. Londres: Routledge, 2003.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MORMONT, M. Who is Rural? Or how to be rural? Towards a sociology of the rural. In: MARSDEN, t et al. **Rural Restructuring**: global process and their responses. London, David Fulton, 1990.

CLOKE, P. at al. **Writing the rural**: Five cultural geographies. London, Pau Chapman Publishing, 1994.

PIRES, A. **Ruralidades em transformação**: agricultores, caseiros e moradores de condomínio. São Paulo: Annablume, 2007.

PRED, A. Place as Historically Contingent Process: Structuration and the Time-Geography of Becoming Places. **Annals of the Association of American Geographers**, Vol. 74, No. 2, pp. 279-297.

QUEIROZ, M. I. P. **Do rural e do Urbano no Brasil**. In: Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil. São Paulo, Editora do Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARMENTO, J. C. V. **Representação, imaginação e espaço virtual**: Geografias de paisagens turísticas em West Cork e nos Açoures. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. O Retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. IN **Travessia – Revista do Migrante**, numero Especial, 2000.

SCHNEIDER, D. **American Kinship**: a cultural account, New Jersey: Prentice-Hall, 1968.

WAGNER, R. **The Invention of Culture**. Chicago & Londres: The University of Chicago Press, 1981.

WILLIAMS, R. **Keywords**. London: Fortuna Press, 1983.

ZUKIN, S. David Harvey on cities. In Castree, N e GREGORY, D. (orgs.). **David Harvey: A critical reader**. Oxford: Blackwell, 2006.